

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenários e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **2 a 6 de setembro de 2019**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extra pauta.



SEMANA NO CONGRESSO NACIONAL

Cenário Político: O foco das discussões deve-se manter focado nas queimadas registradas nas últimas semanas na Amazônia e formas efetivas de seu combate.

Liberdade Econômica: A Medida Provisória 881 de 2019, foi aprovada pela Câmara na forma de texto substitutivo com a denominação de PLV 21, com a liberação econômica para empresas conhecidas como *startups* e uma nova reforma trabalhista. No Senado foram aprovadas a retiradas de dispositivos que libera o trabalho aos domingos e feriados irrestritamente. Contudo a redação final que seguiu para sanção manteve a revogação dos artigos das Leis 605 de 1949 e 10.101 de 2000 que fixa regras para a abertura do comércio aos domingos e feriados.

Agora líderes partidários da Câmara dos Deputados, deputados Arthur Lira (PP-AL), Baleia Rossi (MDB-SP) e Elmar Nascimento (DEM-BA) pedem por meio de mandado de segurança impetrado no Superior Tribunal Federal, a reanálise da matéria devido às mudanças feitas pelos senadores.

Pelo regimento do Congresso, quando o Senado analisa uma matéria alterando algum ponto, ela precisa voltar para ser avaliada novamente da Câmara dos Deputados.

Até o presente momento não constou na pauta da CCJC a PEC. 71 de 1995 que trata do custeio sindical e sobre a organização sindical pela pluralidade, contudo na última semana o secretário especial de Previdência e Trabalho Rogério Marinho, criou um grupo de trabalho para discutir mais uma flexibilização das normas, coordenado ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra defensor do fim da unicidade sindical.

Na Câmara as atenções estarão voltadas para os projetos de lei que aumenta os casos permitidos de porte de armas e disciplina o registro de atiradores esportivos e caçadores, e sobre o pagamento antecipado da perícia médica em ações contra o INSS.

No Senado as atenções estarão voltadas para a tramitação da proposta de Reforma Previdenciária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a discussão e deliberação do relatório apresentado pelo senador Tasso Jereissati, que recebeu 377 emendas.



Plenário

3ª feira, 4ª feira e 5ª feira

Pauta encontra-se sobrestada com a medida provisória que estão com seu prazo de tramitação vencida:

Tráfico ilícito de drogas

Medida Provisória 885 de 2019, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Após poderão ser apreciados os seguintes itens:

Honorário de perícias em ações contra o INSS

Projeto de Lei 2.999 de 2019, que dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e que tramitem sob responsabilidade da Justiça Federal.

Porte de Arma concedido por Decreto

Projeto de Lei 3.723-A de 2019, de iniciativa do presidente da República que altera a Lei do Porte de Armas para alterar as regras sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

3ª, 4ª e 5ª feira

Inclui os direitos humanos nos princípios da ordem econômica

Proposta de Emenda à Constituição 383 de 2014, tendo como primeiro signatário o deputado Sebastião Bala Rocha, com o objetivo de modificar a redação ao artº. 170 da Constituição Federal, para inserir a observância aos direitos humanos entre os princípios que regem a ordem econômica, com relatório do deputado Fábio Trad concluindo pela admissibilidade.

Regras para revista íntima

Projeto de Lei 1.941 de 2015, de autoria do deputado Luis Tibé, propondo alterar a CLT para dispor sobre a proibição de revista íntima nos empregados nos locais de trabalho, com relatório do deputado Chiquinho Brazão concluindo pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto.

Comissão de Seguridade Social e Família

3ª feira, às 10h e 14 h e 4ª feira, 9 h

Trabalhador menor trabalhar no mesmo local de seus pais

Projeto de Lei 4.865 de 2016, de autoria do deputado Diego Andrade, propondo alterar a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a possibilidade de o menor trabalhar no mesmo local de seus pais ou responsáveis legais, com relatório do deputado Diego Garcia, pela rejeição.

Trabalhador menor trabalhar no mesmo local de seus pais

Projeto de Lei 5.392 de 2016, de autoria do deputado Eduardo Barbosa, com o fim de modificar a Lei da Seguridade Social para dispor sobre exame médico-pericial multidisciplinar e avaliação da limitação biopsicossocial para exercício de atividade laboral para fins de concessão de aposentadoria por invalidez, com relatório do deputado Dr. Jaziel concluindo pela rejeição do projeto.

Comissão de Seguridade Social e Família (Continuação)

3ª feira, às 10h e 14 h e 4ª feira, 9 h

Abono de permanência ao trabalhador Celetista

Projeto de Lei 191 de 2019, de autoria do deputado Roberto de Lucena, com o fim de modificar a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder abono salarial ao aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com relatório do deputado Eduardo Costa concluindo pela rejeição do projeto.

Saque do FGTS ao trabalhador com doenças degenerativas

Projeto de Lei 2.541 de 2015, de autoria então senador Pedro Taques (PLS 198 de 2014 no Senado), propondo alterar a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo do FGTS quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave, tramitando apensados a ele 27 projetos, com relatório do deputado Dr. Leonardo, pela aprovação na forma de texto substitutivo a fim de fixar a possibilidade do saque do FGTS para o pagamento de exames e procedimentos de acompanhamento de pré-natal e parto pela gestante em gravidez de alto risco constatada por relatório médico, nos termos do regulamento; quando o trabalhador ou seus dependentes legais forem portadores de qualquer doença grave que os incapacite para o trabalho, nos termos do regulamento; quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes, em razão de deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e inclusão social.

Aposentadoria especial para frentista

Projeto de Lei Complementar 572 de 2010, de autoria da deputada Daniel Almeida, com o objetivo cria a aposentadoria especial aos frentistas de postos de revenda de combustíveis, com relatório da deputada Jandira Feghali concluindo pela aprovação, com substitutivo propondo incluir o conteúdo do projeto na parte específica da Lei nº 8.213, de 1991, que trata do tema.

Pagamento do salário-maternidade

Projeto de Lei 4.999 de 2016, de autoria da então senadora Gleisi Hoffmann (PLS 732/2015 no Senado), propondo alterar a Lei da Seguridade Social para estabelecer que o salário-maternidade devido às empregadas das microempresas e das empresas de pequeno porte seja pago diretamente pela Previdência Social, com relatório do deputado Diego Garcia concluindo pela rejeição do projeto.

Reconhecimento ao dependente químico para receber auxílio-doença

Projeto de Lei 6.587 de 2013, de autoria do deputado Fábio Faria, propondo alterar a Lei da Seguridade Social, para incluir condição para o recebimento do auxílio-doença pelo dependente químico.

RELATOR: Deputado DIEGO GARCIA.

PARECER: pela rejeição deste, e do PL 6460/2016, apensado.

O Deputado Sóstenes Cavalcante apresentou voto em separado em 16/10/2015.



Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

4ª feira às 10h

Audiência pública para debater o Autosserviços em postos de abastecimentos de combustíveis

Requerimento 99 de 2019, de autoria do deputado Daniel Almeida, propondo a realização de audiência pública com o objetivo de debater os Projetos de Lei 2302, 2792 e 3864 ambos de 2019 que permite o funcionamento de bombas de autosserviço de abastecimento de combustíveis.

Dispensa de comunicação de férias

Projeto de Lei 7.164 de 2014, de autoria da deputada Iracema Portella, para alterar o art. 135 da CLT com o fim de dispor sobre hipótese de dispensa de aviso prévio de férias, com relatório do deputado Pedro Lucas Fernandes concluindo pela aprovação do projeto.



Plenário

Limita a concessão de decisões monocráticas nos tribunais superiores

Proposta de Emenda à Constituição 82 de 2019, tendo como primeiro signatário o senador Oriovisto Guimarães, propondo modificar os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais, com parecer aprovado pela CCJ com relatoria do senador Esperidião Amin.

Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

3ª feira às 14h

Reforma Tributária

Audiência pública para instruir a **Proposta de Emenda à Constituição 110 de 2019**, que dispõe sobre a reforma tributária, com a participação dos seguintes convidados: 1) Alexandre Leal, diretor da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg); 2) Flávio Gurgel Rocha, membro do Conselho do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV); 3) Carlos Do Carmo Andrade Melles, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE NACIONAL); 4) Luis Miranda, deputado federal; 5) Miguel Eduardo Torres, presidente da Força Sindical; 6) Wagner Freitas De Moraes, presidente da Central Única de Trabalhadores (CUT); 7) Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); 8) João Batista Diniz, presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE).

Comissão Mista para analisar a MP 889 de 2019

3ª feira às 14h30

Saque do FGTS e PIS/Pasep

Audiência pública para instruir a **Medida Provisória 889 de 2019**, que altera a Lei Complementar 26 de 1996 para possibilitar a movimentação das contas do Programa de Integração Social (Pis) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e da Lei 8.036 de 1990, para instituir a Modalidade de Saque-Aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
Apreciação do Plano de Trabalho e de requerimentos.



Comissão de Constituição Justiça e Cidadania

4ª feira às 9h

Reforma Previdenciária

Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019, promovendo modificação no sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, com relatório do Senador Tasso Jereissati concluindo pela aprovação da proposta e das emendas 52 e 82, com nove emendas que apresenta, e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

4ª feira às 9h

Requerimento 41 de 2019, de iniciativa da senadora Zenaide Maia (PROS-RN), propõe incluir na audiência pública que debaterá o fracionamento de butijão de gás, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Comissão de Assuntos Sociais

4ª feira às 9h30

Regras sobre Segurança e Saúde do Trabalho

Projeto de Lei do Senado 1.236 de 2019, de iniciativa da senadora Mara Gabrilli, pretendendo alterar a CLT para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha filho com deficiência, com relatório do senador Marcos do Val concluindo pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH a 4-CDH.

Brasília-DF, 02 de setembro de 2019.

Relações Institucionais da CNTC

É permitida a reprodução desde que citada a fonte.